

JUDICIÁRIO

Moraes nega devolver passaporte

Ministro recusa pedido da defesa de Bolsonaro e diz que liberar documento, apreendido no inquérito do golpe, seria prematuro

» HENRIQUE LESSA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou a devolução do passaporte do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A decisão, tomada na última quinta-feira, acompanhou a manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que defendeu a manutenção das medidas cautelares definidas contra o ex-chefe do Executivo no inquérito sobre a tentativa de golpe de Estado.

Na decisão, Moraes disse que as medidas cautelares fixadas em fevereiro contra Bolsonaro continuam sendo "necessárias e adequadas". "As diligências estão em curso, razão pela qual é absolutamente prematuro remover a restrição imposta ao investigado, conforme, anteriormente, por mim decidido em situações absolutamente análogas", escreveu.

Moraes reiterou trechos da decisão de fevereiro, quando definiu as imposições ao ex-presidente. "Frustrada a consumação do golpe de Estado por circunstâncias alheias à vontade dos agentes, identificou-se que diversos investigados passaram a sair do país, sob as mais variadas justificativas".

Antonio Augusto/Secom/TSE



Moraes afirmou que diligências estão em curso, "razão pela qual é absolutamente prematuro remover a restrição"

O magistrado continuou: "O desenrolar dos fatos já demonstrou a possibilidade de tentativa de evasão dos investigados, intento que pode ser reforçado a partir da ciência do aprofundamento das investigações que vêm sendo realizadas, impondo-se a

decretação da medida".

Na manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), Gonet argumentou que uma viagem de Bolsonaro ao exterior representaria um perigo para a continuidade das investigações.

"A medida em questão se

prende justamente a prevenir que o sujeito à providência saia do país, ante o perigo para o desenvolvimento das investigações criminais e eventual aplicação da lei penal. Os pressupostos da medida continuam justificados no caso", sustentou Gonet, no



O desenrolar dos fatos já demonstrou a possibilidade de tentativa de evasão dos investigados, intento que pode ser reforçado a partir da ciência do aprofundamento das investigações que vêm sendo realizadas, impondo-se a decretação da medida"

Alexandre de Moraes,
ministro do STF

ex-presidente foi apreendido em fevereiro, na Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, que cumpriu mandados de busca e apreensão como parte da investigação de uma trama golpista.

O advogado e assessor de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, disse que a defesa não tomou conhecimento de nenhuma decisão e criticou a divulgação pela imprensa.

"Feriado nacional, nenhum dos advogados constituídos pelo presidente Jair Bolsonaro foi intimado de qualquer nova decisão. De duas, uma: ou vazaram uma decisão, e vamos apurar; ou vou pedir inclusão do jornalista nos inquéritos das fake news. O tempo dirá. Vamos aguardar", frisou Wajngarten, em uma rede social.

A informação da decisão de Moraes ao pedido da defesa ocorreu após o ministro despachar, ontem, o levantamento do sigilo sobre a determinação.

A negativa do ministro era dada como certa por especialistas da área jurídica, ainda mais depois da revelação de que Bolsonaro passou duas noites na Embaixada da Hungria, após ter o passaporte retido, o que poderia indicar uma tentativa de evitar o cumprimento de um eventual mandado de prisão.

Sem poder moderador

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou em plenário virtual, ontem, o julgamento que trata sobre os limites constitucionais da atuação das Forças Armadas e a hierarquia da instituição militar frente aos Três Poderes.

Os ministros têm até 8 de abril para registrar seus votos no sistema. O relator do caso, Luiz Fux, deu o seu parecer ontem, afirmando que a Constituição não encoraja ruptura democrática.

Para ele, a Constituição não autoriza que o presidente da República recorra às Forças Armadas contra os outros dois Poderes — Congresso e Supremo —, bem como não concede aos militares a atribuição de moderar eventuais conflitos entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

"Qualquer instituição que pretenda tomar o poder, seja qual for a intenção declarada, fora da democracia representativa ou mediante seu gradual desfazimento interno, age contra o texto e o espírito da Constituição", ressaltou o ministro em seu voto.

Ele acrescentou ser urgente "constranger interpretações perigosas que permitam a deturpação do texto constitucional e de seus pilares e ameacem o Estado Democrático de Direito".

A ação foi apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020, questionando pontos da lei de 1999, que regula o emprego das Forças, como as atribuições do presidente da República frente ao pedido do uso das Forças pelos demais Poderes.

O pedido para que a Corte analise a questão tem como pano de fundo declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores com interpretações sobre o artigo 142 da Constituição, que, segundo eles, permitiria aos Poderes pedir intervenção militar em casos necessários para o restabelecimento da ordem.

Nelson Jr./SCO/STF

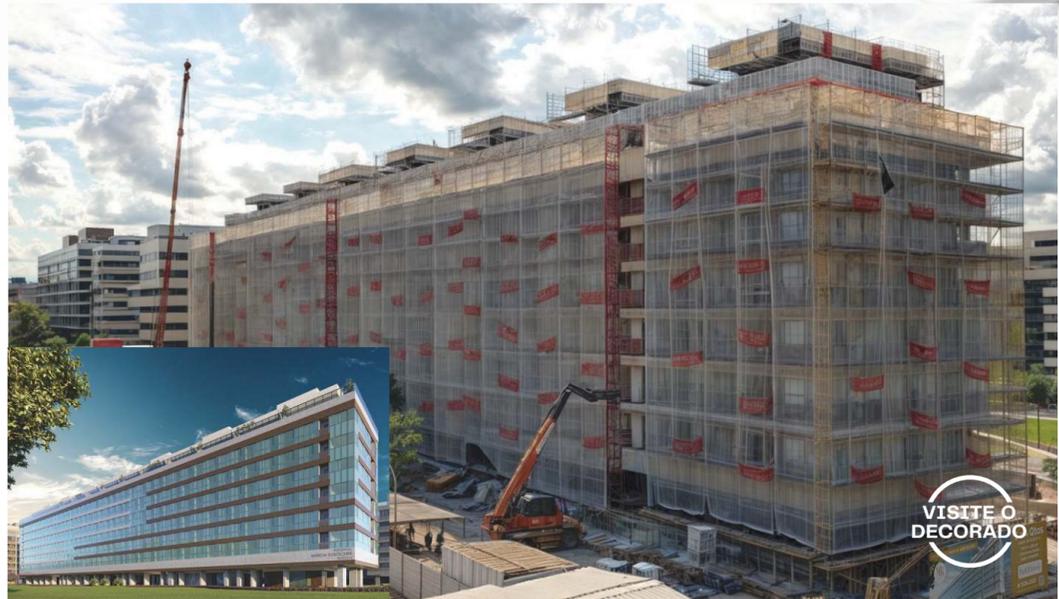


Fux disse que a Constituição não encoraja ruptura democrática



Acerte no Alvo
dos seus Sonhos

3 e 4 Qtos
no Noroeste



RE - RG - M 131.454

VISITE O
DECORADO

Construção - 55% concluída

Márcia Kubitschek
103 SQNW
Entrega Fev/25

3 e 4 Qtos
119 a 151 m²
Até 3 vagas
de garagem

Cob. Duplex
234 a 303 m²
Até 4 vagas
de garagem

LAZER COMPLETO

Paulo Octavio[®]

CORRETORES DE
PLANTÃO NO LOCAL

3326.2222
www.paulooctavio.com.br

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE
Eixinho, ao lado
do McDonald's

NOROESTE
CLNW 2/3

ÁGUAS
CLARAS
Rua 33 Sul lote 7

GUARÁ II
QI 33 Lote 2

ACESSE E
SAIBA MAIS

ADEMIA